

Contas Nacionais Trimestrais Por Setor Institucional (Base 2011)

3º Trimestre de 2017

Capacidade de financiamento da economia aumentou para 1,1% do PIB

A capacidade de financiamento da economia situou-se em 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano terminado no 3º trimestre de 2017, mais 0,2 pontos percentuais (p.p.) do que no trimestre anterior.

Por setor institucional, o setor das Administrações Públicas (AP) foi o único setor interno a apresentar uma melhoria do saldo no 3º trimestre de 2017, que passou de -1,3% do PIB no ano acabado no 2º trimestre de 2017 para -0,1%. Os restantes setores apresentaram reduções nos respetivos saldos. A necessidade de financiamento do setor das sociedades não financeiras agravou-se em 0,3 p.p. do PIB para 1,8%, enquanto a capacidade de financiamento das sociedades financeiras reduziu-se ligeiramente em 0,1 p.p. do PIB (2,1% no 3º trimestre). A capacidade de financiamento das famílias registou uma diminuição de 0,8 p.p., fixando-se em 0,8% do PIB, refletindo simultaneamente o aumento da despesa de consumo final e a diminuição do rendimento disponível.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de 1 256,1 milhões de euros no 3º trimestre de 2017, correspondente a 2,6% do PIB (-2,1% em igual período do ano anterior). Para o conjunto dos três primeiros trimestres de 2017, o saldo global das AP fixou-se em -393,9 milhões de euros, representando -0,3% do PIB (-2,8% do PIB em igual período do ano passado).

Os resultados apresentados correspondem à versão preliminar das Contas Trimestrais por Setor Institucional (CTSI) do 3º trimestre de 2017.

Os agregados de Contas Nacionais estão expressos exclusivamente em termos nominais e não estão ajustados de flutuações sazonais e de efeitos de calendário.

Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos que a seguir se apresentam, referem-se ao ano acabado no trimestre de referência, o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares. Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano terminado no trimestre precedente.

Além dos quadros em anexo a este destaque, é possível aceder a informação adicional na área de Contas Nacionais do Portal do INE:

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_cnacionais

Capacidade de financiamento da economia aumentou para 1,1% do PIB

A capacidade de financiamento da economia portuguesa aumentou para 1,1% do PIB no 3º trimestre de 2017 (mais 0,2 p.p. do que no ano acabado no trimestre anterior). O PIB e o Rendimento Nacional Bruto (RNB) registaram crescimentos de 1,0%, verificando-se uma ligeira melhoria do saldo dos rendimentos de propriedade.

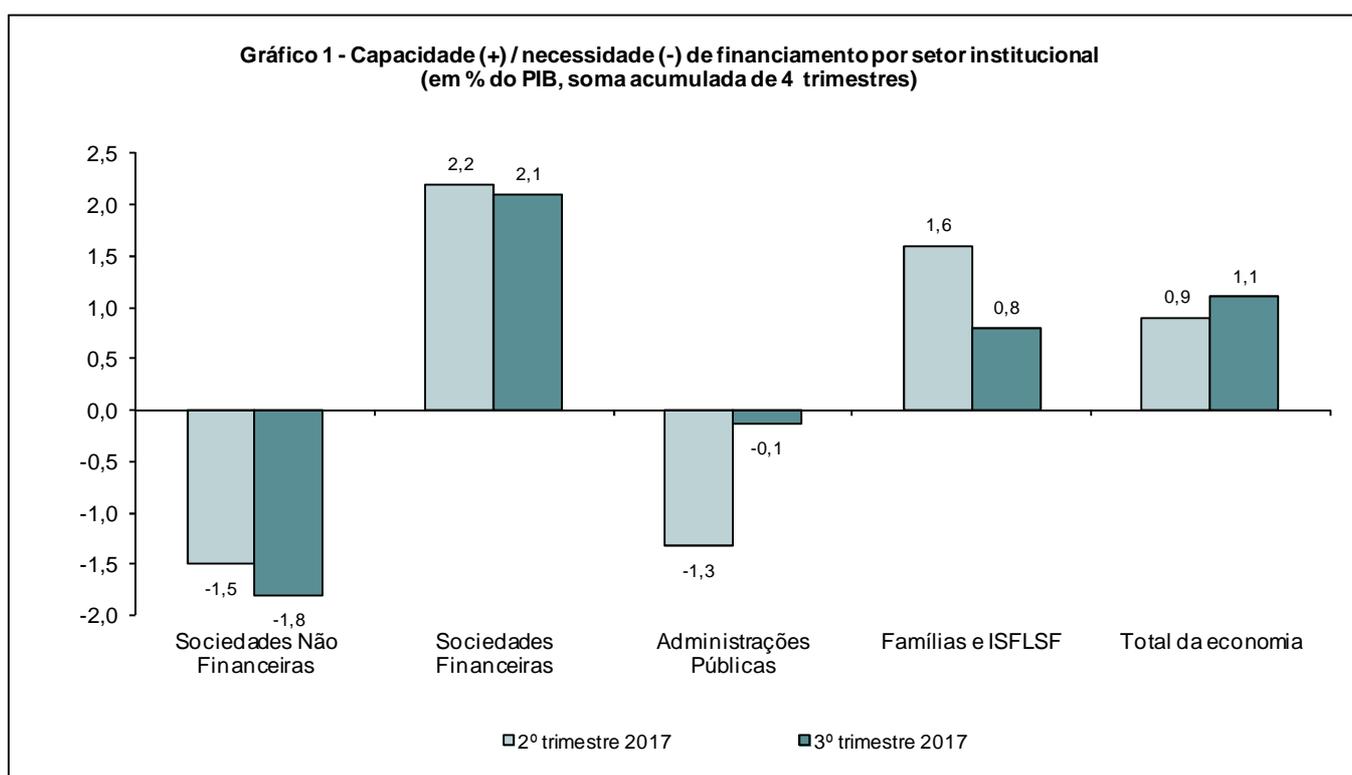
O Rendimento Disponível Bruto (RDB) registou uma taxa de variação de 1,1%, superior ao acréscimo da despesa de consumo final (0,7%), conduzindo ao aumento de 3,3% da poupança bruta (menos 0,3 p.p. do que no trimestre anterior).

O crescimento da poupança superior ao da Formação Bruta de Capital (FBC), que registou uma taxa de variação de 2,0%, determinou o aumento da capacidade de financiamento da economia para 1,1% do PIB.

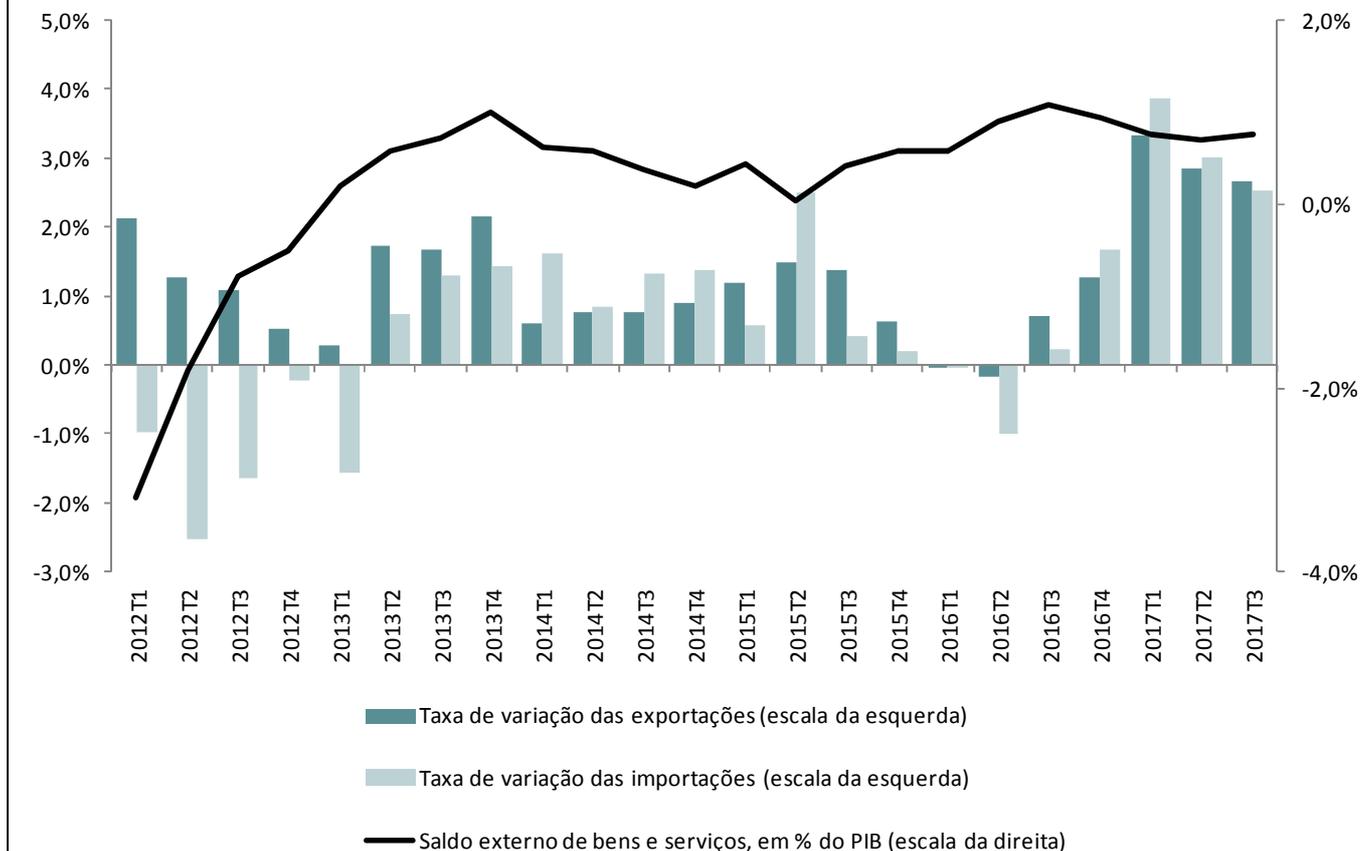
O gráfico 1 apresenta a evolução da capacidade (+)/necessidade(-) de financiamento da economia por setor institucional. A necessidade de financiamento das AP diminuiu 1,2 p.p., fixando-se em 0,1% do PIB. A melhoria do saldo das AP resultou essencialmente do aumento das receitas de impostos sobre o rendimento, dos impostos sobre a produção e das contribuições sociais recebidas, que mais do que compensaram o aumento de 7,2% da FBC. A despesa corrente diminuiu 0,3% no 3º trimestre de 2017.

O saldo das Sociedades Não Financeiras diminuiu 0,3 p.p. para -1,8% do PIB no 3º trimestre de 2017, enquanto a capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu para 2,1% do PIB.

O saldo externo de bens e serviços aumentou para 0,8% do PIB (0,7% no 2º trimestre de 2017), devido ao aumento de 2,7% das exportações, superior em 0,2 p.p. ao aumento das importações (ver gráfico 2).



**Gráfico 2 - Saldo externo de bens e serviços
(soma acumulada de 4 trimestres)**



Famílias: capacidade de financiamento diminuiu para 0,8% do PIB

A capacidade de financiamento das Famílias¹ diminuiu para 0,8% do PIB no ano acabado no 3º trimestre de 2017, refletindo o aumento da despesa de consumo final e a diminuição do rendimento disponível.

A taxa de poupança das Famílias diminuiu para 4,4% do rendimento disponível, menos 1,0 p.p. do que no trimestre anterior. Como se pode observar no gráfico 3, o rendimento disponível registou uma variação negativa (-0,3%).

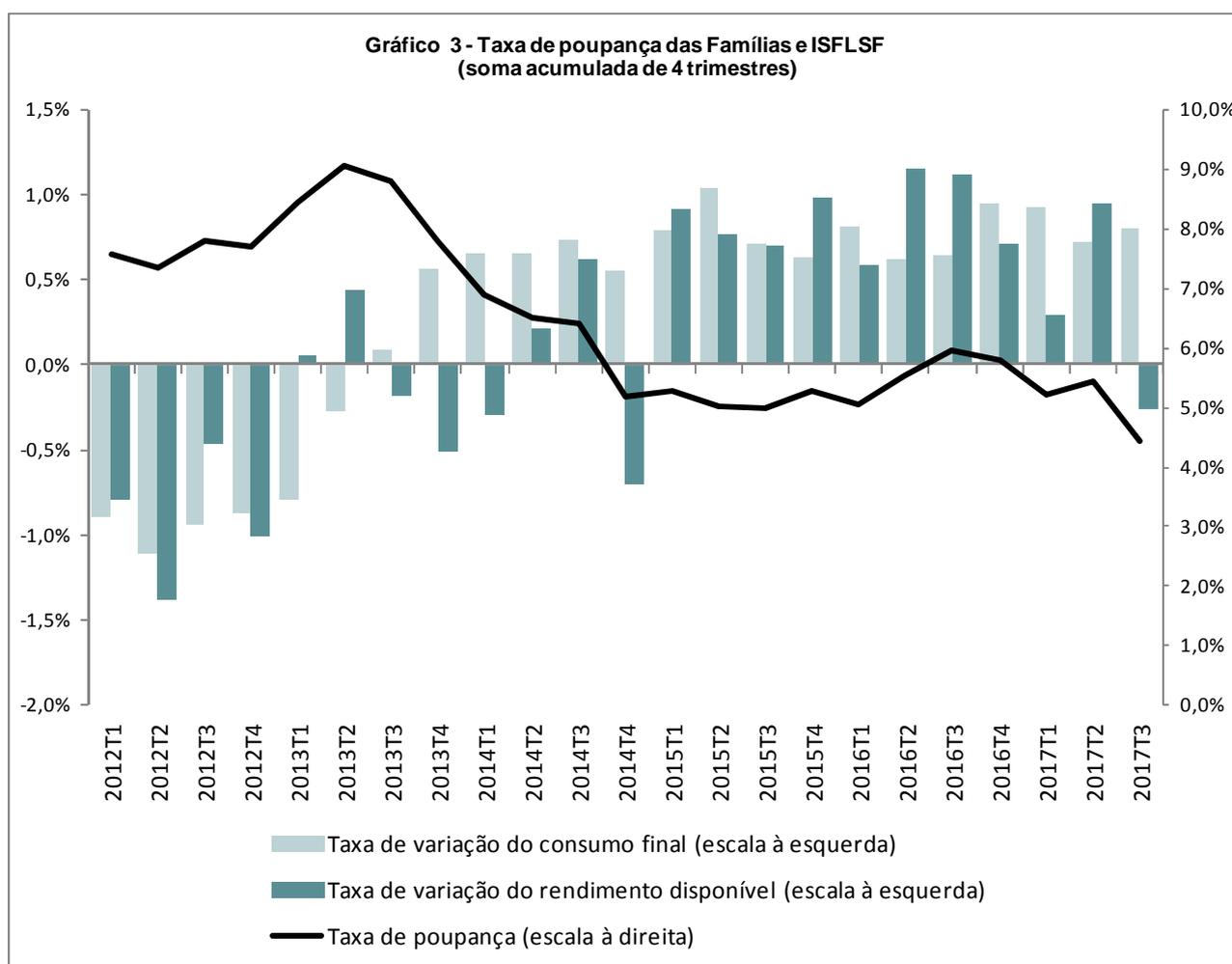
¹ Inclui as Famílias e as Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (ISFLSF). Corresponde ao código S1M, nos ficheiros Excel em anexo.

A redução do rendimento disponível das Famílias resultou principalmente do aumento em 8,4% dos impostos sobre o rendimento pagos pelas Famílias, que mais do que compensou o aumento de 0,9% das remunerações recebidas.

Note-se que o aumento dos impostos sobre o rendimento no ano acabado no 3º trimestre reflete sobretudo o efeito de compensação da redução dos impostos pagos no ano terminado no 2º trimestre, causado pela antecipação de reembolsos do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) comparativamente ao verificado em 2016.

Como se observa no quadro 1, com a decomposição da taxa de variação do rendimento disponível, os impostos sobre o rendimento registaram um contributo negativo de 0,8 p.p., que mais que compensou o contributo positivo de 0,6 p.p. das remunerações.

No quadro 2 apresenta-se a composição do rendimento disponível. No 3º trimestre de 2017, as remunerações representaram 65,0% do rendimento disponível e o Excedente Bruto de Exploração/Rendimento Misto 26,0% (64,3% e 25,9%, respetivamente, no trimestre anterior).



Quadro 1: Contributos para a variação percentual do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (p.p., soma acumulada de 4 trimestres)

	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Prestações sociais líquidas de contribuições, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas	Impostos	Rendimento Disponível
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7) = (1)+...(5) - (6)
2012T1	-0,7	0,0	-0,1	0,4	-0,4	0,0	-0,8
2012T2	-1,9	0,1	0,1	0,6	-0,1	0,2	-1,4
2012T3	-0,8	0,1	0,0	0,2	-0,2	-0,2	-0,5
2012T4	-1,6	0,3	0,0	0,1	-0,1	-0,4	-1,0
2013T1	0,0	0,1	0,6	0,3	0,1	1,0	0,1
2013T2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,4
2013T3	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,6	-0,2
2013T4	0,7	0,1	-0,3	-0,2	0,4	1,1	-0,5
2014T1	-0,2	0,1	-0,1	-0,1	0,1	0,1	-0,3
2014T2	0,6	0,0	0,0	-0,5	0,1	0,1	0,2
2014T3	0,5	0,1	0,1	0,5	0,0	0,4	0,6
2014T4	-0,6	0,1	0,1	-0,5	-0,2	-0,4	-0,7
2015T1	0,5	0,1	0,2	-0,1	0,2	0,0	0,9
2015T2	0,5	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,8
2015T3	0,2	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,7
2015T4	0,6	0,1	0,0	0,2	0,0	-0,1	1,0
2016T1	0,6	0,3	-0,1	0,0	-0,1	0,0	0,6
2016T2	0,6	0,2	0,0	0,0	0,2	-0,2	1,2
2016T3	0,7	0,2	-0,2	0,0	0,0	-0,4	1,1
2016T4	0,8	0,3	-0,1	-0,3	0,0	0,1	0,7
2017T1	0,6	0,0	-0,2	-0,3	0,2	-0,1	0,3
2017T2	0,7	0,1	-0,3	-0,4	0,1	-0,7	0,9
2017T3	0,6	0,1	0,0	-0,3	0,2	0,8	-0,3

Quadro 2: Peso percentual das componentes do rendimento disponível das Famílias e ISFLSF (% soma acumulada de 4 trimestres)

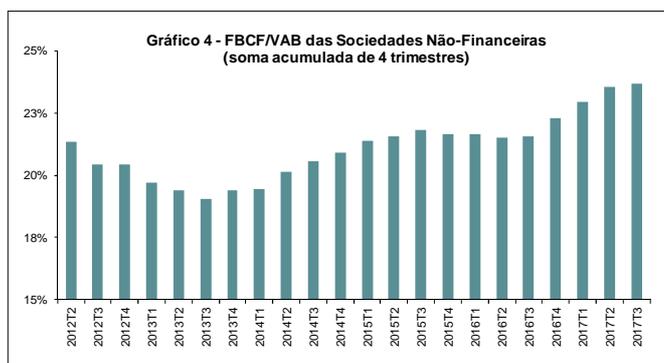
	Remunerações	Excedente bruto de Exploração / Rendimento Misto	Rendimentos de propriedade líquidos recebidos	Impostos	Prestações sociais líquidas de contribuições sociais, excluindo Transf. sociais em espécie	Transferências líquidas recebidas
2012T1	65,0	24,9	7,7	-8,6	7,1	3,8
2012T2	64,0	25,3	7,9	-8,8	7,8	3,8
2012T3	63,5	25,5	8,0	-8,7	8,0	3,6
2012T4	62,5	26,1	8,0	-8,4	8,3	3,5
2013T1	62,5	26,1	8,6	-9,4	8,5	3,6
2013T2	62,2	26,1	8,8	-9,4	8,8	3,6
2013T3	62,4	26,2	8,8	-10,1	8,9	3,7
2013T4	63,4	26,4	8,6	-11,3	8,8	4,1
2014T1	63,4	26,5	8,6	-11,5	8,8	4,2
2014T2	63,9	26,5	8,6	-11,5	8,3	4,3
2014T3	63,9	26,4	8,6	-11,8	8,7	4,2
2014T4	63,7	26,6	8,8	-11,4	8,2	4,1
2015T1	63,6	26,5	8,9	-11,3	8,1	4,2
2015T2	63,7	26,3	9,0	-11,3	8,1	4,2
2015T3	63,4	26,2	9,2	-11,2	8,1	4,2
2015T4	63,4	26,0	9,2	-11,0	8,2	4,2
2016T1	63,6	26,2	9,0	-10,9	8,1	4,1
2016T2	63,5	26,0	8,9	-10,6	8,0	4,2
2016T3	63,5	25,9	8,7	-10,1	7,9	4,2
2016T4	63,8	26,1	8,5	-10,1	7,6	4,1
2017T1	64,2	26,0	8,3	-10,0	7,2	4,2
2017T2	64,3	25,9	7,9	-9,2	6,8	4,3
2017T3	65,0	26,0	7,9	-9,9	6,5	4,5

Sociedades Não Financeiras: necessidade de financiamento diminuiu para 1,8% do PIB

A necessidade de financiamento das Sociedades Não Financeiras agravou-se 0,3 p.p., atingindo 1,8% do PIB no 3º trimestre (1,5% no trimestre precedente). O Valor Acrescentado Bruto (VAB) aumentou 1,0%, menos 0,2 p.p. que no trimestre anterior. As remunerações pagas e o Excedente Bruto de Exploração aumentaram 1,4% e 0,3%, respetivamente.

O aumento já referido do VAB foi acompanhado por um aumento das remunerações pagas e pelo acréscimo de 3,2% dos impostos sobre o rendimento, o que conduziu a um aumento da poupança do setor em 0,1%.

O investimento (FBCF) do setor cresceu 1,4% no ano acabado no trimestre, determinando um acréscimo da taxa de investimento (medida através do rácio entre a FBCF e o VAB) em 0,2 p.p., para 23,7%, mantendo assim o perfil ascendente iniciado no 4º trimestre de 2016.



Sociedades Financeiras: capacidade de financiamento diminuiu para 2,1 % do PIB

A capacidade de financiamento do setor representou 2,1% do PIB no 3º trimestre de 2017, menos 0,1 p.p. que no trimestre anterior. Esta ligeira redução do saldo ficou a dever-se ao aumento dos impostos sobre o

rendimento pagos pelo setor. Pelo mesmo motivo, a poupança do setor diminuiu 1,4% no 3º trimestre de 2017.

Setor das Administrações Públicas: défice diminuiu 1,2 p.p.

A necessidade de financiamento do setor das AP registou uma diminuição de 1,2 p.p. no ano terminado no 3º trimestre, relativamente ao trimestre anterior, atingindo 0,1% do PIB. A diminuição da necessidade de financiamento resultou do efeito conjugado do aumento de 2,7% da receita e de uma redução de 0,1% da despesa (ver quadros 3 e 4).

A receita apresentou um acréscimo em ambas as componentes, receita corrente e receita de capital, salientando-se o aumento da receita com impostos sobre o rendimento e património (7,2%), com impostos sobre a produção e importação (2,3%) e com contribuições sociais (1,3%). Em sentido contrário, observou-se uma redução da outra receita corrente (-2,8%) e da receita com vendas (-0,2%).

A diminuição da despesa foi em grande medida determinada pela redução da despesa com prestações sociais (-0,3%), bem como com juros (-0,7%) e subsídios (-4,4%). Por outro lado, o aumento da despesa de capital (3,9%) compensou parcialmente a diminuição da despesa corrente. Relativamente à despesa com pessoal, a variação nula observada no ano terminado no 3º trimestre resultou de efeitos opostos: da diminuição das remunerações pelo facto de apenas metade da despesa relativa ao subsídio de Natal ter sido paga por duodécimos (no ano anterior, a totalidade deste subsídio tinha sido pago por duodécimos); e do aumento das remunerações por via

da reversão das reduções remuneratórias e do acréscimo do número de trabalhadores.

Tomando como referência valores trimestrais e não o ano acabado no trimestre, o saldo das AP situou-se em cerca de 1 256,1 milhões de euros no 3º trimestre de 2017, correspondente a 2,6% do PIB (-2,1% em igual período do ano anterior)³.

Para o conjunto dos três primeiros trimestres de 2017, o saldo global das AP fixou-se em -393,9 milhões de euros, representando -0,3% do PIB (-2,8% do PIB em igual período do ano passado). Conforme se observa no quadro 5, verificou-se um aumento da receita (5,5%) e uma diminuição da despesa (-0,4%).

Na receita total verificou-se o aumento de todas as componentes, sendo de destacar os aumentos da receita com impostos sobre a produção e importação (7,1%), nomeadamente o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), e com as contribuições sociais (5,3%). Refira-se que o peso da receita com impostos sobre a produção e importação no PIB representou 15,1% face aos 14,6% registados no período homólogo. O aumento da receita de capital justificou-se essencialmente pela recuperação de créditos garantidos no âmbito do acordo celebrado entre o Estado, o Banco Privado Português (BPP) e o BPP Cayman.

Do lado da despesa, salienta-se a redução da despesa com prestações sociais (-1,2%) e com juros (-3,7%), tendo esta diminuição sido atenuada pelos aumentos da despesa de capital (8,3%), particularmente por via do investimento, e do consumo intermédio (1,3%).

O quadro 6 sintetiza os principais ajustamentos da passagem do saldo em contabilidade pública para o saldo em contabilidade nacional. Comparando o 3º trimestre de 2017 com o trimestre homólogo, verificou-se uma melhoria do saldo tanto em contabilidade pública como em contabilidade nacional.

³ Como foi referido em destaques anteriores das contas trimestrais por setor institucional, iniciou-se no 1º trimestre de 2017 um plano de recapitalização da CGD, considerado como não constituindo uma ajuda de estado pela Comissão Europeia.

O valor total da recapitalização atingirá 4874 milhões de euros (4444 milhões de euros já realizados no 1º trimestre de 2017) dos quais 3944 milhões de euros foram suportados pelo Estado Português (o que corresponde a cerca de 2,1% do PIB).

Tendo em consideração a complexidade desta operação, o INE continua envolvido num processo de diálogo e de troca de informações com a Comissão Europeia (Eurostat) sobre o seu registo em contas nacionais. Este processo terá como limite temporal março de 2018, quando o INE transmitir a 1ª notificação do Procedimento dos Défices Excessivos relativa a 2017.

Quadro 3: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: 10⁶ euros

	2016T3	2016T4	2017T1	2017T2	2017T3
Receitas totais	79 005,5	79 705,6	80 309,6	80 708,5	82 877,1
Receita corrente	78 160,9	78 909,2	79 502,0	79 821,5	81 951,2
Impostos sobre o rendimento e património	18 827,0	19 081,1	18 888,2	18 452,5	19 789,3
Impostos sobre a produção e importação	27 100,9	27 346,7	27 664,1	28 148,0	28 783,8
Contribuições sociais	21 271,0	21 608,6	21 863,7	22 154,6	22 447,6
Vendas	6 542,5	6 625,5	6 654,1	6 693,9	6 679,0
Outra receita corrente	4 419,5	4 247,3	4 431,9	4 372,5	4 251,6
Receita de capital	844,6	796,4	807,6	887,0	925,9
Despesas totais	85 889,2	83 370,8	83 248,5	83 210,1	83 120,9
Despesa corrente	79 316,7	79 818,4	79 639,9	79 602,1	79 373,2
Prestações sociais	35 015,0	35 112,8	35 013,7	34 906,9	34 793,2
Despesas com pessoal	20 674,1	20 880,9	20 921,7	20 961,9	20 957,6
Juros	7 822,0	7 760,7	7 678,6	7 605,0	7 548,2
Consumo intermédio	10 220,1	10 417,8	10 555,6	10 496,4	10 513,2
Subsídios	1 020,3	975,0	966,4	943,9	902,5
Outra despesa corrente	4 565,2	4 671,3	4 503,9	4 687,9	4 658,5
Despesa de capital	6 572,5	3 552,3	3 608,6	3 608,1	3 747,7
Investimento ⁽¹⁾	3 569,0	2 800,8	2 818,6	2 797,4	2 960,7
Outra despesa de capital	3 003,5	751,5	789,9	810,7	787,0
Saldo corrente	-1 155,9	- 909,2	- 138,0	219,5	2 578,1
Saldo total	-6 883,7	-3 665,2	-2 938,9	-2 501,6	- 243,8
<i>Por Memória:</i>					
Despesa corrente primária	71 494,7	72 057,7	71 961,3	71 997,1	71 825,0
Produto Interno Bruto, a preços de mercado	183 950,8	185 179,5	186 620,4	188 579,5	190 415,3
Défice em % PIB	-3,7%	-2,0%	-1,6%	-1,3%	-0,1%

Quadro 4: Taxas de variação das Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas no ano acabado no trimestre

Unidade: %

	2016T3	2016T4	2017T1	2017T2	2017T3
Receitas totais	-0,3	0,9	0,8	0,5	2,7
Receita corrente	0,0	1,0	0,8	0,4	2,7
Impostos sobre o rendimento e património	-2,4	1,3	-1,0	-2,3	7,2
Impostos sobre a produção e importação	0,6	0,9	1,2	1,7	2,3
Contribuições sociais	0,9	1,6	1,2	1,3	1,3
Vendas	1,1	1,3	0,4	0,6	-0,2
Outra receita corrente	1,6	-3,9	4,3	-1,3	-2,8
Receita de capital	-21,4	-5,7	1,4	9,8	4,4
Despesas totais	0,2	-2,9	-0,1	0,0	-0,1
Despesa corrente	0,6	0,6	-0,2	0,0	-0,3
Prestações sociais	0,3	0,3	-0,3	-0,3	-0,3
Despesas com pessoal	0,8	1,0	0,2	0,2	0,0
Juros	-1,0	-0,8	-1,1	-1,0	-0,7
Consumo intermédio	1,5	1,9	1,3	-0,6	0,2
Subsídios	-3,6	-4,4	-0,9	-2,3	-4,4
Outra despesa corrente	4,8	2,3	-3,6	4,1	-0,6
Despesa de capital	-5,1	-46,0	1,6	0,0	3,9
Investimento ⁽¹⁾	-5,3	-21,5	0,6	-0,8	5,8
Outra despesa de capital	-4,8	-75,0	5,1	2,6	-2,9

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 5: Receitas e Despesas do setor das Administrações Públicas

	1-3º trimestre de 2016		1-3º trimestre de 2017		Variação em valor (%)
	milhões de euros	% PIB	milhões de euros	% PIB	
Receitas totais	57 850,1	41,7	61 021,6	42,4	5,5
Receita corrente	57 505,1	41,5	60 547,1	42,1	5,3
Impostos sobre o rendimento e património	13 601,4	9,8	14 309,5	9,9	5,2
Impostos sobre a produção e importação	20 230,0	14,6	21 667,1	15,1	7,1
Contribuições sociais	15 807,5	11,4	16 646,5	11,6	5,3
Vendas	4 819,6	3,5	4 873,1	3,4	1,1
Outra receita corrente	3 046,6	2,2	3 050,9	2,1	0,1
Receita de capital	345,0	0,2	474,5	0,3	37,5
Despesas totais	61 665,4	44,5	61 415,5	42,7	- 0,4
Despesa corrente	59 300,9	42,8	58 855,6	40,9	- 0,8
Prestações sociais	26 537,2	19,1	26 217,7	18,2	- 1,2
Despesas com pessoal	15 678,1	11,3	15 754,8	10,9	0,5
Juros	5 779,4	4,2	5 566,9	3,9	- 3,7
Consumo intermédio	7 380,4	5,3	7 475,8	5,2	1,3
Subsídios	606,9	0,4	534,4	0,4	- 11,9
Outra despesa corrente	3 318,9	2,4	3 306,1	2,3	- 0,4
Despesa de capital	2 364,4	1,7	2 559,8	1,8	8,3
Investimento ⁽¹⁾	1 923,2	1,4	2 083,1	1,4	8,3
Outra despesa de capital	441,2	0,3	476,7	0,3	8,0
Saldo corrente	-1 795,8	- 1,3	1 691,4	1,2	
Saldo total	-3 815,3	- 2,8	- 393,9	- 0,3	

⁽¹⁾ Inclui Formação bruta de capital e Aquisições líquidas de cessões de ativos não financeiros não produzidos

Quadro 6: Passagem de saldos de Contabilidade Pública a Contabilidade Nacional

	Unidade: 10 ⁶ euros	
	2016T3	2017T3
Saldo em contabilidade pública:	- 114,8	2 475,8
Ajustamento accrual e delimitação setorial em Contas Nacionais	1 280,6	157,4
Diferença entre juros pagos e devidos	-1 094,9	-1 016,5
Outros valores a receber:	- 254,9	- 405,0
<i>Ajust. temporal de impostos e contribuições</i>	- 121,3	- 253,9
<i>Outros</i>	- 133,6	- 151,2
Outros valores a pagar:	118,5	163,2
<i>Encargos assumidos e não pagos</i>	41,1	20,1
<i>Outros</i>	77,4	143,2
Outros ajustamentos:	- 936,3	- 118,7
<i>dos quais:</i>		
<i>Injeções de capital e assunção de dívidas</i>	- 712,1	- 118,6
Saldo em contabilidade nacional:	-1 001,7	1 256,1
PIB Trimestral ⁽¹⁾	47 352,0	49 187,7
Saldo em contabilidade nacional em % do PIB	-2,1%	2,6%

⁽¹⁾ Dados não ajustados de efeitos de calendário e de dias úteis

**Economia nacional: Rendimento Nacional Bruto
aumentou 1,0%**

No 3º trimestre de 2017, o RNB registou uma variação nominal de 1,0%, idêntica à variação do PIB. O saldo negativo dos rendimentos de propriedade com o exterior registou uma ligeira melhoria, observando-se taxas de variação de -1,1% nos rendimentos recebidos e de 0,1% nos rendimentos pagos no 3º trimestre.

Quadro 7: PIB, RNB e RDB no ano acabado no trimestre

Ano acabado no trimestre	PIB		RNB		RDB	
	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)	milhões de euros	taxa de variação em cadeia (%)
2012T1	174 810	-0,8	170 487	-1,3	171 809	-1,3
2012T2	171 973	-1,6	167 735	-1,6	168 944	-1,7
2012T3	170 335	-1,0	165 894	-1,1	167 051	-1,1
2012T4	168 398	-1,1	164 317	-1,0	165 851	-0,7
2013T1	167 664	-0,4	164 362	0,0	165 934	0,0
2013T2	168 093	0,3	165 482	0,7	167 273	0,8
2013T3	168 920	0,5	166 389	0,5	168 222	0,6
2013T4	170 269	0,8	167 975	1,0	169 808	0,9
2014T1	170 716	0,3	168 318	0,2	170 414	0,4
2014T2	172 241	0,9	169 647	0,8	171 620	0,7
2014T3	173 324	0,6	170 837	0,7	172 942	0,8
2014T4	173 079	-0,1	170 117	-0,4	172 313	-0,4
2015T1	174 865	1,0	171 355	0,7	173 669	0,8
2015T2	176 720	1,1	172 407	0,6	174 617	0,5
2015T3	178 261	0,9	173 894	0,9	176 072	0,8
2015T4	179 809	0,9	174 868	0,6	177 168	0,6
2016T1	181 386	0,9	177 183	1,3	179 347	1,2
2016T2	182 610	0,7	178 213	0,6	180 802	0,8
2016T3	183 951	0,7	179 411	0,7	181 984	0,7
2016T4	185 179	0,7	181 174	1,0	183 630	0,9
2017T1	186 620	0,8	182 293	0,6	185 238	0,9
2017T2	188 579	1,0	184 491	1,2	187 254	1,1
2017T3	190 415	1,0	186 357	1,0	189 346	1,1

O RDB da nação registou um aumento de 1,1% no 3º trimestre de 2017, enquanto a despesa de consumo final da economia (que engloba as despesas de consumo final das Famílias e das AP) cresceu 0,7%, determinando um acréscimo de 3,3% da poupança bruta da economia. A poupança bruta da economia representou 16,5% do PIB no 3º trimestre de 2017.

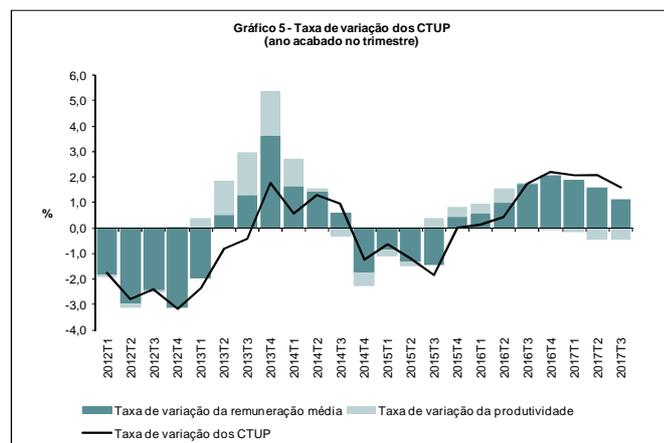
A FBC para o total da economia situou-se em 16,3% do PIB no 3º trimestre de 2017 (mais 0,2 p.p. que no trimestre anterior). Este aumento da FBC foi inferior ao acréscimo já referido da poupança, determinando o aumento da capacidade de financiamento da economia para 1,1% do PIB.

Quadro 8 - Poupança e Capacidade (+)/Necessidade de Financiamento (-) un.:% do PIB

Ano acabado no trimestre	Poupança Bruta	Saldo das transferências de capital com o Resto do Mundo	Formação Bruta de Capital	Capacidade(+)/Necessidade(-) Líquida de Financiamento
2012T1	12,7	1,6	17,6	-3,3
2012T2	13,0	1,7	16,5	-1,8
2012T3	12,8	1,8	15,5	-0,8
2012T4	13,7	2,0	15,7	0,0
2013T1	14,3	1,8	15,1	1,0
2013T2	15,0	1,8	14,9	1,9
2013T3	15,2	1,7	14,9	2,0
2013T4	15,4	1,5	14,6	2,3
2014T1	15,4	1,6	15,0	2,0
2014T2	15,2	1,5	15,0	1,7
2014T3	15,3	1,5	15,1	1,7
2014T4	15,0	1,2	15,3	1,0
2015T1	15,0	1,2	15,2	1,0
2015T2	14,6	1,2	15,7	0,1
2015T3	14,9	1,1	15,7	0,3
2015T4	14,9	1,2	15,8	0,3
2016T1	15,4	1,1	16,0	0,5
2016T2	15,6	0,9	15,7	0,8
2016T3	15,7	1,0	15,6	1,0
2016T4	15,6	0,9	15,5	1,0
2017T1	15,7	1,0	15,7	1,0
2017T2	16,1	0,9	16,1	0,9
2017T3	16,5	0,8	16,3	1,1

**Custos do trabalho por unidade produzida
(CTUP) aumentam 1,6%**

No ano acabado no 3º trimestre de 2017, os CTUP registaram um aumento de 1,6%, menos 0,5 p.p. do que no trimestre anterior. Esta evolução foi determinada pela desaceleração da taxa de crescimento da remuneração média (acréscimos de 1,6% e 1,1% no 2º e 3º trimestres de 2017, respetivamente).



Revisões das estimativas apresentadas no trimestre anterior

As Contas Trimestrais por Setor Institucional agora apresentadas incorporam nova informação com as consequentes revisões das estimativas anteriores de alguns agregados. Assim, comparativamente com a publicação anterior referente ao 2º trimestre de 2017, é

de destacar a incorporação das revisões das contas trimestrais para o total da economia, publicadas a 30 de Novembro passado.

Adicionalmente foram também integradas as versões mais recentes da Balança de Pagamentos e das Estatísticas Monetárias e Financeiras produzidas pelo Banco de Portugal.

Notas metodológicas

Os resultados têm uma natureza preliminar dado que a informação de base utilizada está sujeita a revisões, e o tratamento de algumas transações pode ainda ser alterado nomeadamente com a incorporação da informação resultante da compilação de contas anuais.

As CTSI diferem das Contas Nacionais Trimestrais (CNT) por não serem ajustadas de sazonalidade. Salvo indicação em contrário, a análise descritiva e os gráficos apresentados referem-se ao ano acabado no trimestre de referência (o que permite eliminar flutuações sazonais e reduzir o efeito de oscilações irregulares). Na comparação de trimestres consecutivos são, em regra, utilizadas taxas de variação em cadeia entre o ano acabado em cada trimestre e o ano acabado no trimestre precedente. As CTSI são apresentadas exclusivamente em termos nominais.

Os agregados estimados baseiam-se no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC 2010), sendo de destacar as seguintes definições:

Capacidade (+)/necessidade (-) de financiamento - A capacidade ou a necessidade de financiamento (B.9) é o montante líquido dos recursos que o setor institucional coloca à disposição dos restantes setores (se for positivo) ou que recebe dos restantes setores (se for negativo). Para o total da economia, a capacidade ou a necessidade de financiamento é igual, mas de sinal contrário, à necessidade ou à capacidade de financiamento do resto do mundo.

Consumo final – O consumo final corresponde à despesa realizada por unidades institucionais residentes com a aquisição de bens e serviços utilizados para a satisfação direta de necessidades individuais ou coletivas.

Custos do Trabalho por Unidade Produzida (CTUP) – Mede o custo médio do trabalho por unidade produzida e é calculado como o rácio entre a remuneração média por trabalhador remunerado e o PIB real por indivíduo empregado.

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – A Formação Bruta de Capital Fixo (P.51g) engloba as aquisições líquidas de cessões, efetuadas por produtores residentes, de ativos fixos durante um determinado período e ainda determinados acréscimos ao valor de ativos não produzidos obtidos através da atividade produtiva de unidades de produção ou institucionais. Os ativos fixos são ativos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano.

Formação Bruta de Capital (ou Investimento) – A Formação Bruta de Capital (ou Investimento) (P.5) inclui a FBCF, a Variação de Existências (P.52) e as Aquisições (Líquidas de Cessões) de Objetos de Valor (P.53).

Rendimento disponível – Corresponde ao valor que cada setor institucional dispõe para afetar à despesa de consumo final ou à poupança.

Rendimento Nacional Bruto (RNB) – O Rendimento Nacional Bruto (a preços de mercado), representa o conjunto dos rendimentos primários recebidos pelas unidades institucionais residentes: remuneração dos empregados, impostos sobre a produção e importação líquidos de subsídios, rendimentos de propriedade (a receber menos a pagar), excedentes de exploração brutos e rendimento misto bruto.

Rendimentos de propriedade – Corresponde aos rendimentos a receber pelo proprietário de um ativo financeiro ou de um ativo não produzido corpóreo para remunerarem o facto de pôr fundos ou o ativo não produzido corpóreo à disposição de outra unidade institucional.

Poupança – A poupança mede a parte do rendimento disponível que não é afeta à despesa de consumo final. Se a poupança é positiva, o rendimento não despendido é consagrado à aquisição de ativos ou à redução de passivos. Se a poupança é negativa, certos ativos são liquidados ou certos passivos aumentam.

Produto Interno Bruto (PIB) – O Produto Interno Bruto (a preços de mercado) representa o resultado final da atividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIB é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes setores institucionais ou ramos de atividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afetados aos setores e ramos de atividade) – ótica da produção; 2) o PIB é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efetivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços – ótica da despesa; 3) o PIB é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia) – ótica do rendimento.

Setor institucional – O setor institucional agrupa as unidades institucionais que têm um comportamento económico similar. As unidades institucionais são classificadas em setores tendo como base o tipo de produtor que são e dependendo da sua atividade principal e função, sendo estes considerados como indicativos do comportamento económico das unidades. Cada unidade institucional pertence a um único setor.

Taxa de investimento – A taxa de investimento representa o rácio entre a FBCF e o Valor Acrescentado Bruto (VAB).

Taxa de poupança das Famílias – A taxa de poupança das Famílias mede a parte do rendimento disponível que não é utilizado em consumo final, sendo calculada através do rácio entre a poupança bruta e o rendimento disponível (inclui ajustamento pela variação da participação líquida das Famílias nos fundos de pensões).

Relativamente ao saldo das AP em contabilidade nacional e em contabilidade pública, importa esclarecer o seguinte:

No apuramento do défice orçamental na ótica das Contas Nacionais é necessário proceder a um conjunto de ajustamentos aos resultados apurados em Contabilidade Pública. A Contabilidade Pública obedece a uma ótica de caixa, registando-se todas as despesas que são pagas no período contabilístico. Em Contas Nacionais registam-se os encargos assumidos num determinado período contabilístico independentemente do seu pagamento ocorrer noutro período. Simetricamente excluem-se pagamentos respeitantes a encargos assumidos noutros períodos. Outro importante ajustamento efetuado está relacionado com a delimitação setorial do setor das AP, onde são incluídas entidades que não estão integradas no saldo em Contabilidade Pública mas que pertencem ao setor institucional das AP na ótica das Contas Nacionais e são retiradas entidades que não integram esse setor, mas estão incluídas no saldo em Contabilidade Pública. Finalmente há operações que, de acordo com o quadro conceptual das Contas Nacionais, têm uma classificação específica, nomeadamente alguns casos em que a aquisição por entidades das AP de participações de capital de outras entidades são contabilizadas como transferências de capital e não como operações financeiras, sendo necessário proceder aos ajustamentos correspondentes.